



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005321-91.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Requerente: **Carlos Henrique de Mello**
 Requerido: **Varlando Costa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos à execução que está fundada em notas promissórias.

O embargante esclareceu que alugou um imóvel do embargado por valor que especificou e que ficou a dever-lhe a quantia de R\$ 3.200,00 pelo não pagamento dos locativos.

Acrescentou que a execução envolveria importância superior, sem qualquer justificativa.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária e ao desinteresse do embargante pelo alargamento da dilação probatória (fls. 27 e 34), conduz à rejeição dos embargos.

Com efeito, o embargante não negou a emissão dos títulos que lastreiam a execução e tampouco imputou a eles qualquer espécie de vício.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixou de amealhar, ademais, sequer indícios que respaldassem sua versão para levar à ideia de que a postulação do embargado se revestisse de eventual excesso.

Tocava-lhe fazer prova dessa natureza, mas ele não se desincumbiu minimamente desse ônus.

Bem por isso, impõe-se a conclusão de que os atributos inerentes aos títulos exequendos permanecem hígidos e não foram abalados por elementos idôneos, de sorte que a sequência da execução é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 14 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**